

DOSSIER

Autores:

Diana Fontão

difontao@gmail.com

Miguel Rodrigues

mhmrodrigues@gmail.com

Título:

No rasto das Inquirições I: Introdução

Resumo:

As Inquirições Gerais são um tema de grande relevância para o estudo da história política, social e económica em Portugal. Realizadas entre 1220 e 1343, ao longo dos reinados de Afonso II, Afonso III, Dinis e Afonso IV, tiveram propósitos diferentes consoante o rei que as ordenou. Foi sobretudo através desse processo de averiguação régia que ganhou corpo, de forma contundente, uma política executada a partir de um poder central, encetada precocemente na primeira metade do século XIII, e depois recuperada em força a partir de meados do mesmo século, tendo sido uma ferramenta importante para essa mesma política. Os resultados das Inquirições foram copiados, organizados e arquivados em códices, dos quais sobrevivem atualmente vinte e quatro. Estes manuscritos encontram-se entre os mais relevantes artefactos escritos na Idade Média portuguesa. Os livros de inquirições representam não só cópias da documentação original, mas foram também recompilados, reorganizados e mesmo alterados, contendo, desta forma, marcas de diversas refundições e de uma utilização sistemática ao longo dos séculos.

Palavras-chave: livros de inquirições; história política; história social; crítica textual; codicologia

Abstract:

The Inquirições Gerais are a theme of great relevance for the study of political, social and economic history in Portugal. Conducted between 1220 and 1343, during the reigns of Afonso II, Afonso III, Dinis and Afonso IV, these registries had different purposes with each king. It was mostly through this process of royal inquiry that, in a decisive way, a governmental policy executed from a centralized power was built, which began in the first half of the 13th-century, and that was later heavily recovered halfway through the same century, having been an important tool for the same policy. The results of the *Inquirições* were copied, organized and archived in *codexes*, of which twenty-four still exist today. These manuscripts are among the most relevant written artefacts from the Portuguese Middle Ages. The *livros de inquirições* represent not only copies of the original documents but were also recompiled, reorganized and even altered, containing marks of the many recastings and of systematic use through the centuries.

Keywords: books of inquiries; political history; social history; textual criticism; codicology

Plano

O contexto das primeiras Inquirições

Os testemunhos das Inquirições

As edições das *Inquirições Gerais*

Estudos: possíveis abordagens

Conclusão

Como citar este artigo:

Diana Fontão & Miguel Rodrigues, «No rasto das Inquirições I: Introdução», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, n.º 6, 2021, pp. 5-23.

DOI: <https://doi.org/10.21747/21839301/gua6dos>

NO RASTO DAS INQUIRIÇÕES (I): INTRODUÇÃO

Miguel Rodrigues
Universidade do Porto
SMELPS/IF/FCT

Diana Fontão
Universidade do Porto
SMELPS/IF

Segundo o testemunho do Professor Sottomayor-Pizarro, «as Inquirições Gerais promovidas pela Coroa ao longo dos séculos XIII e XIV constituem um caso singular, verdadeiramente excepcional, pode-se afirmar, no conjunto das fontes disponíveis para o estudo da História Medieval portuguesa»². Devido a esta singularidade, as Inquirições Gerais têm sido utilizadas pelos historiadores como fonte para a elaboração de estudos em diversas áreas temáticas³. Uma abordagem completa do contexto social, económico e político no Portugal medieval, sobretudo nos séculos XIII e XIV, não pode dispensar os extensos registos que constituíram as Inquirições, nem tampouco esquecer o contexto da sua realização, organização e conteúdo enquanto documentos históricos⁴.

Tendo como principal objetivo o rastreamento territorial, com propósitos distintos consoante o ano ou o reinado em que o inquérito decorreu, as Inquirições acabaram, indiretamente, por se revelar um verdadeiro retrato do território português nos anos e lugares em que aqueles procedimentos foram efetuados, sendo, assim, um testemunho fundamental para o estudo histórico. De facto, «para os séculos XIII-XIV, poucas fontes poderão ombrear com as Inquirições Gerais em termos evolutivos e comparativos ao longo de uma cronologia tão alargada, sobre um mesmo território»⁵.

As Inquirições podem ser classificadas como uma memória escrita, de carácter patrimonial e jurídico-administrativo, ligada aos grupos sociais privilegiados. Julgamos que o artigo de Mattoso, Krus e Andrade, consagrado ao tema, resume muito bem as condições em que foi preservada essa memória:

² Sottomayor-Pizarro, 2013, p. 285.

³ Entre os quais se encontram, citando apenas alguns exemplos: Mattoso, 1981, pp. 341-349; Coelho, 1990; Mattoso, Krus e Andrade, 1993; Maurício, 1997; Gonçalves, 2012; Saraiva, 2015; Rodrigues, 2018; Sottomayor-Pizarro, 2021.

⁴ Destacam-se aqui Mattoso, Krus e Bettencourt, 1982, pp. 17-74; Krus, 2011; Barcelos, 2013; Sottomayor-Pizarro, 2013; Andrade e Fontes (ed.) 2015.

⁵ Sottomayor-Pizarro, 2013, p. 285.

«Uma memória interessada, ligada ao poder e obcecada pela administração pela enumeração de bens e riquezas do grupo terratenente, a partir da qual teremos de esclarecer o quotidiano medieval da maioria da população. Uma maioria agrupada em (...) aldeias, comunidades rurais, sem memória escrita, por vezes, indiferente às complicadas questões patrimoniais em que se envolviam os senhores da terra, as quais abundam na documentação disponível, em contraste com o silêncio que demonstram face às formas da sociabilidade aldeã, e mesmo aos protestos feitos pelos camponeses contras as violências senhoriais.» (Mattoso, Krus e Andrade, 1986, p. 176).

A cronologia situada entre os reinados de Afonso II⁶ (r.1211-1223) a Afonso IV (r.1325-1357) representa um período histórico repleto de pequenas e grandes convulsões sociopolíticas no território português, testemunhando simultaneamente o domínio da corte régia de Portugal num progressivo processo de construção de um poder central assente numa burocracia de crescente eficácia.

O contexto das primeiras Inquirições

É necessário, antes de mais, fazer notar que as Inquirições serão, talvez, o primeiro testemunho de um território que se compunha de diferentes partes que eram agora submetidas a uma mesma inquirição, um mesmo discurso interrogativo sobre o seu passado. Segundo Iria Gonçalves:

«o primeiro objetivo destes inquéritos era realizar o inventário de todos os interesses que o rei detinha em cada lugar inquirido, revestissem eles a forma de propriedades, rendas, direitos, padroados de igrejas. Deste modo, a informação chegou-nos condicionada por aqueles interesses e sempre na sua esteira» (Gonçalves, 2012, p. 13).

Podemos também dizer que terá sido uma das primeiras manifestações de uma política governativa executada a partir de um poder central, de acordo com a visão precoce de Afonso II, e depois de Afonso III e Dinis⁷.

Esta política centralizadora, que definia um polo privilegiado na hierarquização dos poderes – o rei e a sua corte –, contrariavam, assim, os cargos regionais, ou "tenências", que desaparecem precisamente durante o reinado de Dinis⁸.

⁶ A centralização do poder patrocinada pelo rei já havia sido, em certa medida, iniciada no reinado anterior. A diferença residiu no facto de Afonso II ter tornado a medida um objetivo predominante no seu reinado. Cf. Antunes, Oliveira e Monteiro, 1984. p. 47.

⁷ Sottomayor-Pizarro (ed.) 2012-15, voll. I e II, pp. IX-XLII e VII-XXXIII.

⁸ Mais precisamente em 1287. Cf. Ventura, 1992, vol. I, p. 108.

As Inquirições de Afonso II não são, no entanto, as primeiras patrocinadas pelos governantes portugueses: já Teresa e, posteriormente, Sancho I, tinham ordenado Inquirições, apesar de sempre a uma escala regional ou local⁹.

Afonso II foi o primeiro a ordenar Inquirições Gerais. Com o objetivo de verificar as usurpações cometidas à revelia da coroa¹⁰, estas inquirições, começadas em agosto de 1220, deveriam inquirir sobre os reguengos, direitos e padroados que eram propriedade da coroa. O seu registo foi dividido simplesmente em quatro parâmetros: Reguengos, Foros e Dádivas, Padroados e Bens das Ordens¹¹. Promulgadas na sequência da nova legislação de 1211 e assentes na política de reforço do poder do monarca, as Inquirições, precoces no cenário peninsular e mesmo europeu¹², tinham por propósito o levantamento e a defesa do património régio¹³.

O sucessor, Sancho II, tentou seguir o pai nesta política de afirmação do poder régio, tendo também promulgado, embora de natureza mais particular, as Inquirições de 1227-28 e 1235¹⁴, com um objetivo provavelmente semelhante.

Mais importantes são as Inquirições do irmão de Sancho, Afonso III. Este monarca ascendera ao trono de Portugal no seguimento de uma ausência prolongada de cerca de vinte anos, no condado de Bolonha (Boulogne-sur-Mer, no norte do território francês), onde governara como senhor feudal em estreita e permanente ligação com a corte régia. Realizadas entre 1258 e 1259, as designadas Inquirições de 1258 constituem um dos primeiros recursos que se caracterizam pela sua amplitude, sendo divididas em cinco alçadas:

«D. Afonso III delegou em cinco alçadas, constituídas por laicos e eclesiásticos, o conhecimento desses bens e direitos através de uma minuciosa inquirição, conduzida povoação a povoação e onde seriam ouvidos o juiz, o pároco e alguns dos fregueses mais idóneos. Os milhares de depoimentos recolhidos foram

⁹ Em 1127, Teresa inquiriu sobre as honras de Viseu e os seus termos (Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 8, mç. 1, n.º 15); em 1201, Sancho I inquiriu na vila de Leiria e seus termos e da Lezíria da Toureira (Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 8, mç. 1, n.º 3) e em 1210 na vila de Sezulf e respetiva igreja (Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 19, mç. 5, n.º 3).

¹⁰ Barros, 1950, vol. 2, pp. 341-468.

¹¹ Assim se encontram divididas nos manuscritos na Torre do Tombo aos quais temos acesso. Cf. Gomes, 2012, p. 150.

¹² Esta empresa inquiridora não é nova em contexto europeu. Sobre as Inquirições levadas a cabo em Inglaterra durante o reinado de Guilherme I, cf. Keats-Rohan, 2015, pp. 29-45. Para as Inquirições levadas a cabo pelo imperador Frederico II (primo por afinidade de Afonso II de Portugal por via aragonesa), cf. Kantorowicz, 1965, pp. 112-13. Relativamente às Inquirições realizadas na Provença nos séculos XIII e XIV, cf. Pécout, 2015, pp. 47-78

¹³ Vilar, 2015, pp. 81-82.

¹⁴ As primeiras destinavam-se ao reguengo de Randulfo, em Leiria (Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 8, mç. 1, n.º 14), e as segundas aos bens do mosteiro galego de Santa Maria de Oia em Alfândega da Fé (Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 1, mç. 6, n.º 21). Tinham um carácter meramente local. Cf. Gomes, 2015, p. 99.

passados a escrito pelo escrivão que acompanhava cada alçada e organizados de acordo com as cinco regiões envolvidas: Entre Cávado e Minho; Entre Douro e Ave; Entre Cávado e Ave; Entre Douro e Tâmega, terras de Barroso, Chaves e Bragança; e, finalmente, Seia, Gouveia, bispados de Lamego e Viseu.» (Ventura e Oliveira, 2012, p. 187).

As primeiras Inquirições ordenadas por Dinis em 1284 foram, na verdade, de pequena escala, tendo abrangido apenas «alguns julgados entre Douro e Vouga», mais especificamente «quatro julgados situados a sul do Douro e na margem norte do rio Vouga»¹⁵. No entanto, o objetivo era semelhante ao das Inquirições anteriores e, posteriormente, ao das de 1343: «apurar a distribuição da propriedade, para todo o tipo de proprietários, nas freguesias inquiridas», eventualmente desvelando «um conjunto muito significativo de potenciais situações de usurpação senhorial»¹⁶.

O mesmo não se pode dizer das Inquirições seguintes, de 1288, cuja dimensão terá alcançado o rio Tejo¹⁷. Estas foram ordenadas com um propósito mais específico que as anteriores, que foi mantido até às Inquirições de 1307-11: o apuramento exaustivo das usurpações senhoriais.

De facto, denunciados estes abusos, os aristocratas ficavam desacreditados no exercício das suas competências e, em consequência, o seu poder ver-se-ia decisivamente reduzido. Desta forma, o monarca poderia fazer depender os nobres da autoridade régia. A Coroa deveria ser a única capaz de regular os poderes da aristocracia e de patrocinar a expansão ou impor a restrição dos domínios aristocráticos.

Um outro mecanismo que definia uma prática de exercício do poder era corte itinerante:

«Falar da corte régia no período medieval significa, em primeiro lugar, falar de um meio em constante movimento. Num tempo em que as deslocações eram difíceis e morosas e em que os órgãos de governo local eram incipientes, o rei governava deslocando-se pelo território com a sua cúria.» (Ventura e Oliveira, 2012, p. 184).

A prática era generalizada e característica de espaços sociais com dificuldades de comunicação e burocracias de poder ainda muito rudimentares. A corte aproximava-se das várias regiões do seu reino deslocando-se até elas, o que lhe permitia aproximar-se das comunidades locais e atender às suas necessidades de uma forma mais particular, estreitando assim os laços entre cada região e a figura do governante. Contudo, um monarca centralizador teria, inevitavelmente, de estabelecer uma capital fixa, o que

¹⁵ Sottomayor-Pizarro, 2013, p. 285.

¹⁶ *Ibidem*, p. 284.

¹⁷ Sottomayor-Pizarro ed., 2012-15, voll. I e II, pp. IX-XLII e VII-XXXIII.

acabou por acontecer por volta da segunda metade do século XIV¹⁸, embora a prática itinerante dos monarcas ainda permanecesse em pleno século XVI¹⁹.

Os testemunhos das Inquirições

Os testemunhos das Inquirições que chegaram até nós apresentam diversos formatos, apesar de, na sua maioria, consistirem em códices. Se, em 1905, Pedro A. D'Azevedo e António Baião mencionavam «24 volumes e um maço»²⁰, um estudo anterior, de 1815, liderado por João Pedro Ribeiro²¹, expande a matéria das Inquirições desde Teresa até João I, ou seja, desde as Inquirições a respeito das honras de Viseu e o seu termo²² até ao Tombo da Comarca da Beira²³. A este volumoso acervo juntam-se ainda os cinco volumes mandados copiar por Manuel I na chamada Leitura Nova²⁴. Este último empreendimento deixou marcas nos 24 códices das Inquirições Gerais de Afonso II a Afonso IV²⁵, que se fazem notar no acréscimo de índices, nas encadernações e nas diversas anotações assinadas por Pedro Álvares da Grã e Gabriel Gil.

O mais antigo destes códices é o Livro 5 de Dinis, concluído em 1289²⁶, e no qual foram copiadas as Inquirições de Afonso II. No entanto, nenhum dos 24 volumes foi produzido enquanto registo direto da inquirição vigente, sendo antes compilações de inquirições distintas e outra documentação (o Livro 2 de Afonso III, por exemplo, contém também emprazamentos, diligências e provisões régias). Para além disso, as Inquirições registadas em cada manuscrito não correspondem diretamente ao rei com o qual está identificado (ao exemplo anteriormente mencionado, podemos acrescentar o do Livro 2 de Dinis, que contém inquirições do tempo do seu pai).

Alguns dos registos originais podem encontrar-se ainda nas gavetas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo²⁷. No entanto, a maioria conserva nos códices das Inquirições Gerais o seu testemunho mais antigo. Para além disso, algumas das matérias

¹⁸ Haveria, pelo menos, um arquivo fixo da Coroa por volta de 1378. Cf. Ribeiro, 2003, p. 1401.

¹⁹ Serrão (ed.) 1963-71, vol. I.

²⁰ Azevedo e Baião, 1905, p. 34.

²¹ Ribeiro, 1815. Este estudo, levado a cabo pela aula de Diplomática de 1814/15, é tradicionalmente referenciado como sendo de João Pedro Ribeiro, que lecionava a disciplina, e cujo nome não se encontra presente na edição. No livro, são os alunos que são designados como autores. Manteremos, no entanto, o uso habitual de atribuição a João Pedro Ribeiro.

²² Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 8, mç. 1, n.º 15.

²³ Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo 292.

²⁴ Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova.

²⁵ Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições Gerais.

²⁶ Gomes, 2012, p. 154.

²⁷ Por exemplo, de acordo com Ribeiro, 1815, p. 106, o original do Livro 7 de Dinis encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo com a cota: Gavetas, Gav. 8, mç. 5, n.º 12.

encontram-se repetidas em vários livros, tanto aumentadas como encurtadas²⁸. Saúl Gomes chamou já a atenção para o facto de que estes livros serem testemunhos de si mesmos, devendo ser analisados «na sua realidade documental e arquivística de composições textuais codicológico-diplomáticas»²⁹.

A maioria destes livros foram compostos e copiados durante o reinado de Dinis, entre finais da década de 1280 e 1300³⁰. Contudo, a sua utilização e cópia prolongou-se durante os reinados seguintes. O *colofon* do Livro 6 de Afonso III³¹ aponta como data de conclusão o ano de 1331 e acrescenta que a cópia se realizou a mando de Afonso IV. Já o Livro 1 de Dinis pode ter sido copiado no reinado de João I ou no de Afonso V³², enquanto o Livro 4 de Afonso III é seguramente do reinado do Mestre de Avis³³.

Desta forma, a identificação destes códices enquanto três livros de Afonso II, nove de Afonso III, dez de Dinis e dois de Afonso IV é artificial e chama a atenção para a necessidade da realização de um estudo especializado, dedicado ao arquivo dos mesmos e que abranja tanto a sua produção como a sua atual conservação³⁴. O pouco que conhecemos acerca do assunto foi-nos transmitido pelos próprios arquivistas, que anotaram as alterações que se fizeram tanto no arquivo como na numeração dos fólios iniciais dos livros. Quanto à sua conservação, num fólio inicial não numerado do Livro 3 de Afonso II, adicionado em 1555, encontra-se uma inscrição que indica: «Eu, Damiam de Goes, mandey de nouo encadernar todollos liuros velhos que na dicta torre achei posto que pellos guardas mores meus antecessores e outras pessoas ficassem notados, decrarados, e auidos por escusados e inutiles»³⁵.

A indicação de Damião de Góis remete para o trabalho executado durante a *Leitura Nova*, coleção de manuscritos na qual foi compilada, reorganizada e copiada muita da documentação medieval portuguesa, incluindo as *Inquirições Gerais*. Apesar de ser através deste trabalho que subsistem vários documentos que, de outra forma, se encontrariam desaparecidos³⁶, a sua intervenção deixou marcas nos documentos

²⁸ Segundo Gomes, 2012, p. 157 o Livro 1 de Afonso II copia e amplia o Livro 5 de Dinis, entre outros exemplos possíveis.

²⁹ *Ibidem*, p. 153.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 6, f. 116v.

³² Ribeiro, 1815, p. 80.

³³ Uma vez que contém, nos primeiros fólios, a *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, cujo proémio data de 1429 e à qual se segue a cópia de documentos relativos às comunidades muçulmanas em Portugal, autenticada por Afonso Peres, escrivão da Torre do Tombo entre, pelo menos, 1428-35.

³⁴ Partindo da lista mandada por copiar por João de Souza Coutinho (cf. Ribeiro, 2003: 1409) e do breve capítulo de Azevedo e Baião, 1905, pp. 30-36, dedicado à história da conservação das inquirições e das chancelarias.

³⁵ Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso II, liv. 3, f. s/n.

³⁶ Sottomayor-Pizarro (ed.) 2012-15, pp. IX-XLII e VII-XXXIII. Nas notas introdutórias faz várias referências a documentos encontrados apenas na *Leitura Nova*.

copiados, como se pode observar nos manuscritos das *Inquirições Gerais*, nos quais «emergem diversas anotações quinhentistas que demonstram o quanto os manuscritos medievos deste género documental sofreram pela aplicação, por parte de oficiais ao serviço da Leitura Nova»³⁷. Estas anotações refletem o trabalho de revisão e cópia realizado por alguns dos responsáveis pela *Leitura Nova*, como é o caso de Pedro Álvares da Grã e de Gabriel Gil, referido várias vezes como «Senhor Licenciado»³⁸.

As edições das *Inquirições Gerais*

Trezentos anos depois desta iniciativa, surge um novo interesse na disponibilização de documentos antigos. Em 1815, foi publicada a obra *Memórias para a História das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal*, de João Pedro Ribeiro, em conjunto com os estudantes da aula de Diplomática. Este estudo é ainda uma das mais completas e exaustivas obras dedicadas às Inquirições. Os autores não só facultaram vasta informação quanto à composição dos livros – bem como de outros materiais das gavetas da Torre do Tombo que consideram matéria das Inquirições –, como também relacionaram o seu conteúdo, listando, num anexo final a que chamaram «Additamentos e retoques», as inquirições contidas em cada fólio³⁹. Foi ainda com esta obra que se deu início à edição das Inquirições, uma vez que os autores transcreveram em anexo 48 documentos, tanto dos Livros de Inquirições, como da documentação em gavetas⁴⁰.

Em 1888, começaram a ser publicados pela Academia das Ciências os primeiros fascículos das Inquirições Gerais, que então faziam parte de uma grande iniciativa daquela instituição que, desde 1856, publicava duas séries relativas a documentação portuguesa, ambas sob direção de Alexandre Herculano. A primeira, *Leges et Consuetudines*, centrava-se em textos legais e jurídicos, enquanto a segunda, *Scriptores*, se dedicava a textos de âmbito narrativo⁴¹. Entre 1867 e 1873, foi publicada a terceira série, *Diplomata et Cartae*, contendo a documentação régia e particular datada entre o século VIII e 1100, não tendo, após 1873, qualquer iniciativa continuadora posterior àquele corte cronológico.

Falecido em 1877, Herculano não testemunhou o esforço de João Pedro da Costa Basto que, concretizando o que aquele talvez já idealizara, expandiu a iniciativa da Academia das Ciências com uma quarta série, designada *Inquisitiones*, dedicada à edição

³⁷ Gomes, 2012, p. 158.

³⁸ Para mais detalhes no que diz respeito à responsabilidade e alterações de Pedro Álvares da Grã e de Gabriel Gil cf. Gomes, 2012, pp. 159-61, bem como Ribeiro, 1815, onde são anotadas todas as «verbas» que ainda se podem ler nos códices das Inquirições Gerais.

³⁹ Ribeiro, 1815, *Additamentos e Retoques*, pp. 11-24

⁴⁰ Ribeiro, 1815, *Documentos*, pp. 1-136.

⁴¹ Basto *et al.* (ed.) 1888-1977, vol. I, partes I e II *cit.* In Sottomayor-Pizarro (ed.) 2012-15, voll. I e II, IX-X; Sottomayor-Pizarro, 2013, p. 277.

das Inquirições Gerais medievais portuguesas⁴². Vários fascículos foram sendo publicados entre 1888 – os primeiros correspondiam às Inquirições de 1220 – e 1897.

Nesta edição das Inquirições foram utilizados critérios nem sempre claros, sobretudo no que diz respeito ao livro a utilizar para a transcrição. Não olvidemos que, por exemplo, existem atualmente três livros respeitantes às mesmas Inquirições de 1220 – nenhum deles primitivo –, sendo um deles o já referido Livro 5 de Dinis⁴³.

Já a edição das Inquirições de 1258 retomou a designação de «alçada» utilizada por Afonso III. Contudo, a sua organização é distinta da que o monarca delineou: a primeira alçada trata a área que separa os rios Minho e Cávado; a segunda, os rios Ave e Douro. Nestes casos, a ordem seguida é, de facto, a de Afonso III. No entanto, a ordem altera-se a nas alçadas seguintes: na edição, a terceira alçada abrange toda a área entre Seia, Gouveia e os Bispados de Viseu e Lamego até ao rio Douro (correspondente à quinta alçada de Afonso III); a quarta inclui os territórios entre os rios Douro e Tâmega, e ainda a região de Bragança e os seus termos (parte da quarta alçada original de Afonso III); e, por fim, a quinta alçada abarca os rios Cávado e Ave, e ainda as Terras de Barroso e Chaves (isto é, parte da quarta e toda a terceira alçada original de Afonso III).

Nesta edição, a terceira alçada foi a que mais tempo levou a publicar, passando por diferentes mãos ao longo de quase vinte anos: Sousa Monteiro, em 1917, publicou a primeira parte, seguido de Anselmo Braamcamp Freire e Pedro de Azevedo, para se concluir em 1936 com António Baião.

As restantes alçadas foram publicadas em bloco, mas também por autores distintos: em 1961, Possidónio Coelho editou a quarta alçada e em 1977, no centenário da morte de Alexandre Herculano, saiu a quinta e última alçada, publicada por Rui Pinto de Azevedo.

Após mais de quarenta anos, a Academia das Ciências retomou por fim a publicação de novas Inquirições. Em 2007, após a publicação de múltiplos estudos dedicados a Dinis, à sua corte e às Inquirições⁴⁴, Sottomayor-Pizarro deu início à edição crítica das Inquirições Gerais de 1284, as primeiras realizadas por aquele monarca. Seguiram-se, entre 2012 e 2015, as edições das Inquirições Gerais de 1288 e das Sentenças de 1290⁴⁵.

Estudos: possíveis abordagens

Se, como temos vindo a refletir, muitos estudos já realizados têm explorado as possibilidades que as Inquirições abrem quanto ao conhecimento histórico do Portugal medieval, o estudo dos livros nos quais os textos se encontram registados está ainda na

⁴² Basto *et al.* (ed.), 1888-1977.

⁴³ Este último seria mesmo uma cópia, datada de 1289, daquelas Inquirições. Cf. Gomes, 2012, p. 154.

⁴⁴ Mencionamos, entre outras possíveis referências, Sottomayor-Pizarro, 1990; 1997; 2005; 2013.

⁴⁵ Sottomayor-Pizarro (ed.) 2012-15.

sua fase inicial. Tal como mencionámos na secção anterior, o estudo destes livros teve início antes da edição dos *Portugaliae Monumenta Historica*, com a publicação de *Memórias para a História das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal*⁴⁶, que se mantém um dos exemplos mais completos do estudo dos códices das Inquirições em si mesmos.

Os historiadores, que cedo entenderam o potencial destes textos enquanto fonte documental, mantêm atualmente a preocupação com a sua edição, de forma a poderem conhecer e aceder a esta complexa rede de registos. Têm também demonstrado que a riqueza destes textos permite a concretização de estudos históricos inovadores.

No entanto, o estudo destes livros mediante a perspetiva da crítica textual, que permitirá entender a transmissão das matérias nos livros de Inquirições, está ainda por realizar. No artigo anteriormente citado de Saul Gomes intitulado «Inquirições, confirmações e registos da chancelaria régia portuguesa: notas para o seu estudo»⁴⁷, o autor levanta questões cuja pertinência e relevância perduram. De facto, falta ainda entender como se transmitiram os textos entre os códices das inquirições e quais os parâmetros utilizados nas cópias, bem como os objetivos subjacentes à sua realização. O texto das inquirições de Afonso II encontra-se tanto nos Livros 1 e 2 de Afonso II como no Livro 5 de Dinis e sabemos quais os critérios que, durante a edição dos *Portugaliae Monumenta Historica*, levaram a adotar o Livro 1 enquanto manuscrito base da edição: «a versão “Livro I das Inquirições” apresenta-se como mais completa, mais organizada, menos confusa e menos lacunar do que a da versão preservada no manuscrito subscrito pela mão do tabelião Pedro Domingues»⁴⁸. Este argumento não é suficiente, porém, para explicar a relação textual entre o manuscrito do Livro 1 de Afonso II com o Livro 5 de Dinis⁴⁹, nem com o Livro 2 de Afonso II que contém as mesmas matérias⁵⁰. Assim, seria necessário um estudo que apurasse as relações entre as matérias copiadas procurando encontrar a sequência da transmissão, e quais as variantes introduzidas entre manuscritos; e, ainda, que questionasse os objetivos com que as mesmas se efetuaram.

A relação entre manuscritos torna-se ainda mais complexa quando nos deparamos com cadernos distribuídos por livros distintos, alguns inclusivamente atribuídos às Inquirições de outro reinado. A título de exemplo, é possível identificar que os fólios 40-

⁴⁶ Ribeiro, 1815.

⁴⁷ Gomes, 2012, pp. 147-163.

⁴⁸ Gomes, 2012, pp. 154-155.

⁴⁹ Acerca da relação entre estes livros, cf. Gomes, 2012, pp. 154-158, onde o autor conclui que «só um exame mais minucioso nos permitirá ter mais certezas quanto à consideração da questão da origem e tradição textual dos atos utilizados pelo mencionado tabelião vimaranense, em 1289». Acrescentaríamos ainda que apenas o levantamento de todos os testemunhos disponíveis destes textos e a sua comparação permitirá identificar e hierarquizar as relações textuais entre eles.

⁵⁰ E menos ainda explicaria as múltiplas relações entre todos estes códices, onde as matérias são copiadas, traduzidas, resumidas e reorganizadas em manuscritos distintos.

51 do Livro 9 de Dinis pertencem ao Livro 3 de Afonso III. Um estudo codicológico permitiria analisar rigorosamente a ordem pela qual os cadernos se organizariam originalmente e os materiais utilizados na sua produção, aumentando desta forma o conhecimento que temos do funcionamento das chancelarias régias medievais portuguesas quanto à escrita de códices e à forma como estes eram utilizados na preservação documental.

Além disso, um estudo paleográfico permitiria ampliar o conhecimento relativo à datação dos manuscritos. Tendo em conta que estes livros foram produzidos num ambiente de proximidade às cortes régias ao longo dos séculos finais do período medieval português, tal estudo contribuiria para o conhecimento que já possuímos acerca da evolução da escrita em Portugal. As metodologias da Diplomática seriam também fundamentais, nomeadamente na análise dos sinais de tabeliães que se encontram nos manuscritos – tanto originais, como copiados – e para a análise da relação entre estes e os documentos originais das Inquirições que ainda perduram.

O processo de cópia das Inquirições implicou, em certos casos, o recurso à tradução. Na margem esquerda do fólio 24v do Livro 6 de Afonso III encontra-se uma menção à tradução do texto original em latim para «linguagem». Este manuscrito, que, como já mencionámos, foi redigido no reinado de Afonso IV, contém o texto da quarta alçada das Inquirições de 1258. A mesma matéria encontra-se, ainda em latim, no Livro 8 de Afonso III e no Livro 2 de Dinis. Será possível, a partir dos registos contidos nestes manuscritos, estudar o processo da transição da escrita em latim para o português, não só no caso acima mencionado da tradução direta de texto, mas, sobretudo, através do estudo da evolução escrita da língua ao longo dos vários testemunhos.

Conclusão

Pretendemos, através da publicação deste *dossier*, chamar a atenção para algumas das questões que subsistem relativamente ao estudo *dos Livros das Inquirições Gerais* de Afonso II a Afonso IV, bem como para possibilidades de estudo que permanecem em aberto e que serão certamente mais vastas do que as por nós mencionadas.

Através desta breve introdução, demos a conhecer alguns pontos que têm sido fundamentais para a investigação que temos vindo a desenvolver acerca dos Livros de Inquirições, com os quais ambos mantemos relações distintas. A demanda que aqui começamos em conjunto bifurcar-se-á mediante as nossas próprias abordagens do presente objeto de estudo. Desta forma, propomo-nos, nos artigos que darão seguimento a esta investigação, analisar os *Livros das Inquirições* em duas vertentes: a dimensão material e o conteúdo. Como tal, estamos a desenvolver o estudo codicológico dos 24 volumes que compõem o fundo das Inquirições Gerais do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Através desse trabalho, procuraremos descrever e comparar os códices, centrando a atenção em particular na organização e distribuição

dos cadernos, a par das características da escrita e decoração, assim como na listagem e contextualização das abundantes anotações contidas nos seus fólhos. Estudaremos também o conteúdo dos livros, tendo em conta a relação entre os registos e dando particular atenção aos que têm mais de um testemunho, de modo a poder identificar a sua transmissão escrita e o objetivo das variantes introduzidas, não só em cada cópia, mas também nos próprios códices, nos quais os textos foram reorganizados. Pensamos, deste modo, poder dar um passo qualitativo em frente no conhecimento de tão importantes testemunhos da cultura escrita medieval em Portugal.

Referências Bibliográficas

Manuscritos:

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo 292, Tombo da Comarca da Beira. URL:

<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162485>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso II, liv. 1. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182576>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso II, liv. 2. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182567>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso II, liv. 3. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182577>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 1. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182578>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 2. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182563>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 3. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182579>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 4. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182580>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 5. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182581>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 6. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182582>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 7. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182583>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 8. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182564>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 9. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182584>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, liv. 1. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182566>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, liv. 2. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182574>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, liv. 3. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182573>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, liv. 4. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182575>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, liv. 5. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182568>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, liv. 6. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182569>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, liv. 7. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182565>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, liv. 8. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182570>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, liv. 9. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182571>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Dinis, liv. 10. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182572>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182585>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 2. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182586>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 1, mç. 6, n.º 21, Inquirição tirada sobre os bens que o Mosteiro de Santa Maria de Oya de Galiza possuía em Portugal. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=5988947>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 8, mç. 1, n.º 3, Inquirição a respeito da Vila de Azambuja e seus termos e da lezíria da Toureira. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4644133>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 8, mç. 1, n.º 14, Carta a respeito de uma inquirição pela qual se provara que o reguengo que estava no palácio Randufe, era pertença real. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4616922>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 8, mç. 1, n.º 15, Inquirições a respeito das honras de Viseu e seu termo. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4659834>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 8, mç. 5, n.º 12, Inquirição que se tirou por ordem régia a respeito das honras em Santa Cruz de Riba Tâmega, freguesia de São João de Louredo, São Martinho de Recezinhos e de Santa Ovaia de Constantim. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4662701>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 19, mç. 5, n.º 3, Inquirição e sentença referente à Vila de Sezulfes e à igreja de São João da mesma vila 1210. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7785104>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Leitura Nova. URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4223191>

Estudos

Andrade, Amélia Aguiar e João Luís Fontes (eds., 2015), *Inquirir na Idade Média: espaços, protagonistas e poderes (séculos XII-XIV) – Tributo a Luís Krus*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais.

Antunes, José; António Resende de Oliveira e João Gouveia Monteiro (1984), «Conflitos Políticos no Reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão: Estado da Questão», *História das Ideias*, vol. 6, pp. 25-160.

Azevedo, Pedro A. e António Baião (1905), *O Archivo da Torre do Tombo: sua historia, corpos que o compõem e organização*, Lisboa, Imprensa Commercial.

Barcelos, Hugo (2013), *Os julgados de Lanhoso, São João de Rei e Vieira em meados do século XIII – Os testemunhos das Inquirições de 1258*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de mestrado).

Barros, Henrique Gama (1950), *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

Basto, João Pedro da Costa Alexandre et al. (ed., 1888-1977), *Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usqu ad Quintundecimum: Inquisitiones* (Fascículos III a IX), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1888-1977. URL: <http://purl.pt/12270>.

Coelho, Maria Helena da Cruz (1990), *Homens, Espaços e Poderes: séculos XI-XVI*, Lisboa, Livros Horizonte.

Gomes, Saúl António (2012), «Inquirições, confirmações e registos da chancelaria régia portuguesa: notas para o seu estudo», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Centro de História da Sociedade e da Cultura, vol. 12, pp. 147-63.

Gomes, Saúl António (2015), «As Inquirições régias ducentistas entre o Vale do Douro e o Mondego: Contextos e datações», in Amélia Aguiar Andrade e João Luís Fontes (eds.), *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV). Tributo a Luís Krus*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, pp. 99-114.

Gonçalves, Iria (2012), *Por Terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de Afonso III*, Porto, CITCEM/Edições Afrontamento.

Kantorowicz, Ernst (1965), *Frederick the Second*, 2ª ed., London, Constable and Co., Ltd..

- Keats-Rohan, Katherine S. B. (2015), «The English Case: the production of the Domesday Book from the Domesday Inquest», in Amélia Aguiar Andrade e João Luís Fontes (eds.), *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV). Tributo a Luís Krus*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, pp. 29-45.
- Krus, Luís (2011), «Escrita e Poder: as inquirições de Afonso III», *Construção do Passado Medieval*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, pp. 41-58.
- Mattoso, José (1981), *A Nobreza Medieval Portuguesa: a família e o poder*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Mattoso, José; Luís Krus e Olga Bettencourt (1982), «As Inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza – o julgado de Aguiar de Sousa», *Revista de História Económica e Social*, 9, pp. 17-74.
- Mattoso, José; Luís Krus e Amélia Aguiar Andrade (1986), «Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias», *Paços de Ferreira – Estudos Monográficos (Separata)*, pp. 171-243.
- Mattoso, José; Luís Krus e Amélia Aguiar Andrade (1993), *A Terra de Santa Maria no século XIII: problemas e documentos*, Santa Maria da Feira, Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira.
- Maurício, Maria Fernanda (1997), *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas*, Lisboa, Colibri.
- Pécout, Thierry (2015), «Indagatio diligens et solers inquisitio. L'enquête princière, dominiale et de réformation: France actuelle, Provence angevine, XIII^e-XIV^e siècles», in Amélia Aguiar Andrade e João Luís Fontes (eds.), *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV). Tributo a Luís Krus*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, pp. 47-78.
- Ribeiro, Fernanda (2003), «Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?», in Luís Adão da Fonseca; Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos (coord.), *Os Reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, Porto, Livraria Civilização Editora, pp. 1401-1414.
- Ribeiro, João Pedro (1815), *Memórias para a História das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal*, Lisboa, Impressão Régia.

- Rodrigues, Miguel Hugo Marques (2018), *Família e património fundiário: o exemplo dos de Baião nos séculos XII e XIII*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de mestrado).
- Saraiva, Liliana (2015), *Património e Proprietários no Julgado de Penafiel de Sousa, no século XIII, segundo as Inquirições Régias*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de mestrado).
- Serrão, Joaquim Veríssimo (ed., 1963-1971), *Itinerários de el-rei D. Sebastião (1568-1578)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História.
URL: <https://archive.org/details/dli.ernet.447860/page/n1/mode/2up>
- Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (1990), «A Nobreza do julgado de Braga nas Inquirições do reinado de D. Dinis», *Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga : actas* (Memorabilia christiana), Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia de Braga.
- Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (1997), *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 voll, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna (Dissertação de doutoramento).
- Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (2005), *D. Dinis*, Mem Martins, Círculo de Leitores.
- Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (ed., 2012-2015), *Portugaliae Monumenta Historica a Saeculo Octavo post Christum usqu ad Quintundecimum: Inquisitiones - Inquisições Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291*, Nova Série, vol. IV, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.
- Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (2013), «As inquirições medievais portuguesas (séculos XIII-XIV) Fonte para o estudo da nobreza e memória arqueológica - Breves apontamentos», *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, XII, pp. 275-292.
- Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (2021), «Organização do Território e Fiscalidade Régia em Portugal: as Origens (sécs. XII-XIV)», *Edad Media. Revista de Historia*, 22, pp. 55-76.
- Ventura, Leontina (2012), *A nobreza de corte de Afonso III*, Coimbra, Universidade de Coimbra (Dissertação de doutoramento).

Ventura, Leontina/Oliveira, António Resende de (2012), «Os Livros do Rei: administração e cultura no tempo de D. Afonso III», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXV, pp.181-194.

Vilar, Hermínia Vasconcelos (2015), «As Inquirições no contexto do reinado de Afonso II», in Amélia Aguiar Andrade e João Luís Fontes (eds.), *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV). Tributo a Luís Krus*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, pp. 81-98.